

## Eleições de segunda ordem em Portugal: o caso das europeias de 2004

### INTRODUÇÃO

Há eleições europeias em Portugal desde 1987. Portugal tem sido incluído nos *Eurobarómetros* desde que é Estado membro da União Europeia e em estudos pós-eleitorais centrados nas europeias desde 1989. No entanto, como sublinha Marina Costa Lobo, «very few studies sought to analyze the elections to the European Parliament in Portugal» (2003, p. 203).

Em 2001 iniciou-se no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa o projecto «Comportamento Eleitoral dos Portugueses». Foi assim possível recolher dados dispersos e realizar sondagens pós-eleitorais. Surgiram, entretanto, estudos sobre a abstenção (Freire e Magalhães, 2001), as eleições legislativas de 2002 (Freire, Lobo e Magalhães, 2004) e as eleições europeias numa perspectiva longitudinal (Lobo, 2003; Freire, 2003; Freire, 2004a). Estes dados e estudos permitir-nos-ão estabelecer um enquadramento longitudinal das eleições europeias de 2004 à luz das teorias das eleições de segunda ordem.

Contudo, acrescentaríamos pouco se nos limitássemos a completar a evidência empírica recolhida até hoje com os dados agregados referentes às eleições europeias de 2004. Assim, a análise das europeias de 2004 centrar-se-á nos dados individuais resultantes da sondagem pós-eleitoral realizada no âmbito do projecto «Comportamento Eleitoral dos Portugueses», integrado na rede internacional *European Election Study 2004*<sup>1</sup>. À luz dos modelos do comportamento eleitoral e das teorias das eleições de segunda ordem, que em seguida apresentamos, trataremos aqui de questões como o interesse desper-

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (doutorando).

<sup>1</sup> [www.europeanelectionsstudies.net](http://www.europeanelectionsstudies.net), projecto dirigido em Portugal por André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães.

tado pela campanha, as determinantes individuais da abstenção e do sentido de voto e os efeitos da situação económica e da imagem do governo nos resultados eleitorais.

## O CONCEITO DAS ELEIÇÕES DE SEGUNDA ORDEM

A ciência política oferece-nos três grandes modelos de análise do sentido de voto e da participação eleitoral: o sociológico, o sócio-psicológico e o económico. De acordo com o modelo sociológico, o sentido de voto e a participação eleitoral variam consoante o acesso à informação, a pressão social a que os eleitores estão sujeitos (na família, nos sindicatos, nas igrejas) e o próprio sector em que desenvolvem a sua actividade profissional (Freire, 2001a, p. 2). O modelo sócio-psicológico, por seu lado, valoriza mais as variáveis atitudinais na explicação do comportamento eleitoral, recusando olhar para factores de índole política como mera função das características sócio-económicas dos indivíduos. Veremos qual o peso relativo das variáveis sociais e atitudinais na explicação do comportamento eleitoral dos portugueses no dia 13 de Junho de 2004.

Mas por que razão há eleições mais participadas do que outras no mesmo contexto económico e social? Isso não é explicado pela teoria sociológica nem pela teoria sócio-psicológica, mas pelo modelo económico do voto, pela ideia de «utilidade do voto» em cada momento (Freire, 2001a, p. 72). No âmbito deste modelo do comportamento eleitoral surgiu uma hipótese relacionada com o sentido de voto que será igualmente testada neste estudo: a hipótese da responsabilização. Segundo esta hipótese, os eleitores darão maior apoio ao governo em períodos de prosperidade económica, penalizando-os em períodos de recessão (Freire, 2001a, p. 77). Será interessante observar até que ponto a avaliação do desempenho do governo condicionou o sentido de voto e a participação eleitoral nas europeias de 2004.

É precisamente no quadro desta reflexão teórica que surge o conceito de eleições de segunda ordem aplicado às eleições europeias por Reif e Schmitt (1980). Eleições de segunda ordem são aquelas em que há menos em jogo, ou seja, em que não está em causa a formação do governo nacional e nas quais, portanto, os eleitores podem mais facilmente «votar com o coração» ou «dar cartões amarelos» ao governo (1980, p. 9). Num sistema de governo semipresidencialista de pendor parlamentar, como é o português, as europeias são eleições de segunda ordem, por oposição às legislativas, eleições de primeira ordem. De acordo com Reif e Schmitt, estando menos em jogo, nas eleições de segunda ordem é expectável que a abstenção seja maior, que os pequenos partidos tenham melhores resultados e que o(s) partido(s) que suporta(m) o governo seja(m) penalizado(s) (1980, p. 9). Estas hipóteses levantadas pelos referidos autores são sustentadas empiricamente pela análise comparativa dos resultados das eleições europeias em nove Estados

membros. Serão agora testadas para o caso das eleições europeias de 2004, com um enquadramento longitudinal.

Neste quadro teórico, é igualmente fundamental o conceito de ciclo eleitoral, relacionado com a ideia de que durante uma legislatura há ciclos de popularidade dos governos que podem condicionar os resultados dos partidos que exercem o poder executivo em eleições de segunda ordem (Freire, 2003, p. 14). Tudo dependerá do momento em que estas se realizem. Assim, não será indiferente saber se as eleições europeias se realizam durante o «estado de graça» inicial, a meio do mandato — quando se fazem sentir eventuais medidas impopulares — ou no fim do mandato, fase em que os eleitores já estarão a posicionar-se para as eleições de primeira ordem.

A tese da penalização dos partidos do governo a meio do mandato foi testada nos Estados Unidos, a propósito das «mid-term elections» para o Congresso, por Tufte (1993) e foi problematizada por Campbell (1993). Era comumente aceite que, nas eleições para o Congresso, os eleitores americanos tendiam a favorecer o partido do presidente em tempos de prosperidade económica e a penalizá-lo em momentos de recessão. Perante os resultados contraditórios de 1974, Tufte sofisticou esta hipótese, acrescentando à *performance* económica da administração outro factor explicativo de índole política: a popularidade do presidente. Analisando os resultados à luz desta reformulação teórica, Tufte conclui o seguinte: «Although the in-party share of the vote almost invariable declines in the mid-term compared to the previous on-year election, the magnitude of that loss is substantially smaller if the president has high level of popular approval, if the economy is performing well, or both» (1993, p. 186).

A mesma tese é enunciada nos seguintes termos por Campbell: sem ignorar o potencial efeito de factores conjunturais, nomeadamente da campanha, «in the mid-term, with short-term forces diminished and less systematically advantageous to it, support for the president's party and its congressional candidates declines. The extent of this decline depends in part on the extent of the prior surge of support for the party. The independent vote advantage and the partisan turnout advantage are the greatest for the president's party in presidential elections in which short-term forces are most strongly in its favor, in landslides. It follows that the loss of both temporary advantages would be most deeply felt by the president's party in mid-terms following these strong presidential elections» (1993, p. 224). As eleições de segunda ordem a meio do mandato de quem exerce o poder executivo funcionariam assim como uma espécie de «muted referendum» (1993, p. 225). Para o caso das eleições europeias de 2004 em Portugal será, portanto, particularmente relevante verificar não só o interesse despertado pela campanha, como avaliar os efeitos do grau de mobilização eleitoral dos eleitores dos partidos da coligação (PSD e CDS/PP) nas eleições legislativas de 2002.

A sociologia eleitoral tem-se debruçado sobre o declínio desta hipótese da penalização dos governos a meio do mandato. Campbell, reconhecendo o

declínio do significado das hipóteses habitualmente associadas às eleições para o Congresso ocorridas a meio do mandato presidencial, acaba por concluir que «presidential surge and decline effects on congressional elections remain substantial» (1993, p. 239). Mas para que a hipótese possa ser testada em condições ideais é essencial que haja aquilo a que Reif e Schmitt chamam «equilibrium of measurement» (1980, p. 26), isto é, que os sistemas eleitorais que vigoram nas eleições de primeira e segunda ordem sejam basicamente os mesmos. Portugal preenche este requisito<sup>2</sup>, pelo menos no que se refere à comparação entre eleições legislativas e europeias (que são aqui a nossa principal referência). Como escreve André Freire, «except for the presidential contests, all other elections are fought under the d'Hondt system of proportional representation, and voters are not permitted to express preferences for particular candidates (closed lists). That is why the Portuguese case is said to be specially suited to test the second-order elections' model» (2003, p. 2).

## AS ELEIÇÕES EUROPEIAS DE 2004

### INTERESSE PELA CAMPANHA, AVALIAÇÃO DO GOVERNO E DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

As últimas eleições europeias realizaram-se em Junho de 2004. A meio de uma legislatura que, naquele momento, nada fazia prever que viria a ser interrompida. Entre Março de 2002 e Junho de 2004, o governo de coligação PSD/CDS, liderado por Durão Barroso, tomou um conjunto de medidas no sentido de cumprir a prioridade estabelecida aquando da tomada de posse: o cumprimento do critério do défice público no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento. A política de redução do défice num contexto de crise económica (internacional e nacional) gerou aumento do desemprego e passou pelo aumento do IVA, pela redução do investimento público e pelo congelamento dos salários e admissões na função pública (Almeida e Freire, 2005). A popularidade do governo era bastante baixa nas vésperas das eleições europeias. E todas as sondagens pré-eleitorais anunciavam uma derrota clara da coligação governamental (*Dossiers Público, Europeias 2004*).

A coligação foi acusada pela oposição de estar a desinvestir na campanha, supostamente na esperança de beneficiar com a abstenção, uma tentação comum a vários governos (Schmitt, 1980, p. 28). As despesas de campanha (Freire, 2005) e a dramatização de alguns discursos dos líderes partidários da

---

<sup>2</sup> A diferença é que, se nas europeias a conversão de votos em mandatos se faz num círculo nacional, nas legislativas faz-se em círculos distritais. Ou seja: nas eleições europeias (com 24 mandatos em disputa) a proporcionalidade é maior do que nas legislativas (em média). Por outro lado, os custos inerentes à campanha são menores. Teoricamente, este quadro institucional é mais favorável aos pequenos e médios partidos (Freire, 2005).

coligação não confirmam inteiramente esta ideia. De acordo com os relatos da imprensa (*Dossiers Público, Europeias 2004*), na primeira semana, a estratégia eleitoral da coligação passou pela responsabilização do Partido Socialista e do seu cabeça de lista (Sousa Franco, antigo ministro socialista das Finanças) pela situação económica do país. O PS, sem grandes divergências com a coligação em matéria europeia, procurou demarcar-se através da «nacionalização» da campanha: acusou o PSD de estar a virar à direita por estar coligado ao CDS/PP, apostou no combate ao desemprego e na crítica ao Pacto de Estabilidade como temas centrais da campanha. Porventura inspirado pelas teorias das eleições de segunda ordem, o Partido Socialista pediu aos portugueses que dessem «um cartão amarelo ao governo». O PCP subiu a parada e pediu mesmo «um cartão vermelho ao governo». De resto, o Bloco de Esquerda e o PCP não fugiram muito dos temas enunciados pelo PS, mas abordaram-nos numa perspectiva mais marcadamente ideológica e eurocéptica<sup>3</sup>.

A campanha, que, pelo menos do lado da coligação, já tinha começado tarde, foi interrompida dias antes do encerramento da campanha pela morte do cabeça de lista do PS, Sousa Franco. Qual o impacto do contexto político-económico e dos acontecimentos ocorridos durante a campanha no resultado e na participação eleitoral? São questões a que vamos tentar dar resposta em seguida.

De acordo com os dados do inquérito pós-eleitoral, a maioria (58%) dos portugueses confessa que esteve «pouco» ou «nada interessada» na campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, uma percentagem ainda assim inferior à registada nas eleições europeias de 1989 e de 1999, como pode ver-se no quadro n.º 1.

**Interesse na campanha e exposição face aos *media***  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 1]

	1989	1994	1999	2004
Muito ou algo interessado . . . . .	30	–	31	41
Pouco ou nada interessado . . . . .	65	–	69	58
Informou-se sobre as eleições através de....				
Televisão . . . . .	55	73	90	69
Jornais . . . . .	15	20	53	37
Amigos e família . . . . .	26	16	70	72
Comícios ou sessões públicas . . . . .	4	–	3	4
Páginas na Internet . . . . .	–	–	1	7

**Fontes:** Lobo (2003), p. 212; Estudo Eleitoral Europeu 2004.

<sup>3</sup> Internamente, o BE assumiu uma posição mais favorável à integração europeia, mas acabou por integrar o mesmo grupo que o PCP no Parlamento Europeu.

Comparado com o interesse despertado pelas anteriores eleições legislativas, nota-se que a diferença nestas eleições não é tão significativa (52%), como seria de esperar à luz das teorias das eleições de segunda ordem.

**Interesse nas campanhas em eleições de primeira e segunda ordem**

[QUADRO N.º 2]

	Legislativas 2002 (N)	Legislativas 2002 (percen- tagem)	Europeias 2002 (N)	Europeias 2004 (percen- tagem)
Muito ou algo interessado . . . . .	607	47	452	41
Pouco ou nada interessado . . . . .	543	52	543	58

**Fontes:** Freire *et al.* (2003); Estudo Eleitoral Europeu 2004.

É possível que o crescimento do interesse pela campanha verificado nestas eleições europeias esteja relacionado com a grande mediatização da morte do cabeça de lista do PS na quarta-feira anterior ao acto eleitoral. Os inquiridos foram, aliás, interrogados sobre os efeitos deste acontecimento absolutamente excepcional na história eleitoral do Portugal democrático. A baixa percentagem de pessoas que não sabem ou não querem posicionar-se perante a questão (6%) indica bem que poucas pessoas ficaram indiferentes ao assunto. Isto não significa, no entanto, que este acontecimento tenha tido influência significativa no sentido de voto ou na participação eleitoral: 84% dos portugueses dizem que não teve efeito nenhum; 6% admitem que o facto afectou a sua decisão sobre se iriam ou não votar; 4% afirmam que afectou a sua decisão sobre em que partido ou coligação iriam votar.

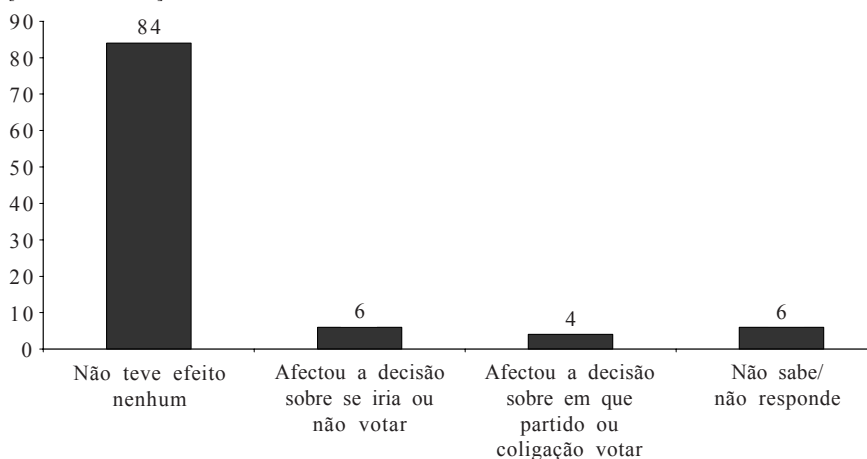
No entanto, quando realizámos os testes estatísticos para medir as determinantes individuais da participação eleitoral e do sentido de voto, observou-se que, ao contrário do que se especulou logo a seguir às eleições, o facto não teve grande significado na explicação da abstenção e do sentido de voto. O mesmo se verificou quando efectuámos cruzamentos. Aliás, o resultado eleitoral do PS no dia 13 de Junho (46,4%) não é substancialmente diferente do que antecipavam as sondagens antes da morte de Sousa Franco nem do resultado de 1999 (43,07%). E os dados da abstenção (61,4%) são em tudo idênticos aos de 1999 (60,07%). Por outro lado, 80% dos eleitores já estavam decididos quanto ao seu sentido de voto antes da última semana de campanha, isto é, antes de se dar o referido acontecimento.

O impacto social da morte do cabeça de lista pode ser também medido pela exposição dos inquiridos face aos *media*. De facto, muitos foram os portugueses que assistiram a programas sobre as eleições na televisão (69%) e que conversaram com amigos ou familiares sobre as mesmas (72%).

A percentagem de inquiridos que leram artigos no jornal e especialmente páginas na Internet relacionados com a campanha é que é bastante inferior, o que vem confirmar tendências de exposição face aos *media* já observadas noutros estudos de opinião. Infelizmente, para este ponto, não dispomos de dados comparáveis de outras eleições. Em síntese, e uma vez realizados os testes estatísticos necessários, dir-se-á que o interesse pela campanha surge fortemente relacionado com a religiosidade, o que confirma as teses clássicas das clivagens sociais, e obviamente com o interesse geral pela política.

#### Efeito da morte de Sousa Franco no comportamento dos eleitores

[GRÁFICO N.º 1]



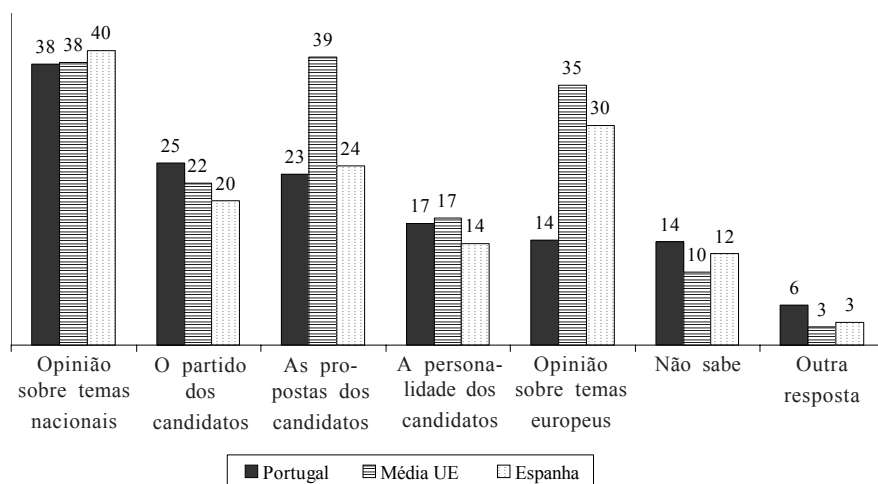
**Fonte:** Estudo Eleitoral Europeu 2004.

Passemos agora ao ponto seguinte: a questão das prioridades políticas dos eleitores e da avaliação que fazem da situação económica e da actuação do governo. Em 2002, de acordo com o inquérito pós-eleitoral então realizado (Freire *et al.*, 2003), as duas grandes prioridades dos portugueses eram a saúde e a instabilidade económica. Segundo a teoria económica do voto, em contextos de crise económica o partido que suporta o governo é penalizado (hipótese da responsabilização). A tese confirmou-se nas últimas eleições legislativas. No momento em que foi realizado o inquérito pós-eleitoral, que aqui se analisa (Junho de 2004), os «principais problemas que Portugal enfrenta» passaram a ser o desemprego (29%) e a política do governo em geral (22%). Ou seja, o cenário ideal para a oposição de esquerda, de acordo com as hipóteses da responsabilização e das prioridades políticas, já que, de acordo com esta perspectiva teórica, o eleitorado associa a esquerda a um combate mais eficaz ao desemprego (Freire, 2001a, p. 83).

Já no relatório do *Eurobarómetro* imediatamente anterior às eleições europeias havíamos concluído que apenas 14% dos portugueses davam prioridade a temas especificamente europeus, contra 30% da média europeia (Nunes *et al.*, 2004a). Quase metade dos portugueses consideravam que a campanha se devia centrar em assuntos especificamente nacionais, nomeadamente na questão do desemprego (2004a, p. 48). Os partidos da oposição, concretamente o PS, foram racionalmente ao encontro destas expectativas, com resultados eleitorais manifestamente positivos. Recorde-se que, percentualmente, o PS obteve o seu melhor resultado de sempre: 46,4% dos votos.

**Motivação do voto nas próximas eleições europeias**  
(percentagens — pergunta de resposta múltipla)

[GRÁFICO N.º 2]



Fonte: Nunes *et al.* (2004a).

No entanto, ao contrário do que seria de esperar face aos resultados eleitorais, os portugueses não parecem considerar que o PS tenha muito mais probabilidades de fazer o que acham que deve ser feito do que o PSD ou o CDS/PP (Nunes *et al.*, 2004a). Ou seja: não associam o PS à satisfação das suas prioridades políticas. A derrota da coligação, seguindo a lógica da teorias das «mid-term elections», representou mais um aviso ao governo do que propriamente uma mobilização socialmente enraizada em torno do PS e das suas propostas políticas: 33% dos portugueses pensam que nenhum dos partidos pode resolver o seu problema prioritário.



Mais interessantes, do ponto de vista da explicação dos resultados eleitorais, como se verá no ponto seguinte, são as variáveis avaliação da situação económica e avaliação do desempenho do governo, centrais na teoria das eleições de segunda ordem, especialmente quando estas eleições se realizam a meio da legislatura.

Relativamente ao estado da economia, comparado com o ano anterior, observava-se algum optimismo moderado por parte dos portugueses. Havia mais inquiridos a considerarem que a situação económica geral do país estava melhor do que pior — tendência especialmente forte entre os indivíduos que consideram a integração europeia uma coisa boa para o país e que funciona no seu interesse pessoal. O pessimismo quanto ao estado da economia surge claramente associado a atitudes negativas face à União Europeia e à democracia portuguesa. As variáveis sócio-demográficas e sócio-económicas explicam aqui muito pouco, reforçando-se uma vez mais as teses do declínio das clivagens sociais. Antecipando os doze meses seguintes, repete-se esta tendência para o optimismo em relação à evolução da economia de forma ainda mais intensa. A dinâmica gerada pelo Euro2004 e o anúncio dos primeiros indicadores de retoma podem ajudar a perceber estas tendências<sup>4</sup>, aliás corroboradas pelo último *Eurobarómetro* (Nunes *et al.*, 2004b).

Isto não conduziu, no entanto, à melhoria da imagem do governo. E é por isso que, como notou Tufte (1993), a introdução da dimensão política na análise dos resultados das eleições de segunda ordem é essencial. Com efeito, 56% dos portugueses não concordavam com a actuação do governo até àquele momento, contra 35% que concordavam. Se juntarmos a percentagem de votos da oposição de esquerda (61%) e os confrontarmos com os da coligação PSD/CDS (34,6%), vemos que praticamente coincidem com o grau de concordância/discordância acerca do governo registado na sondagem pós-eleitoral. Ou seja, estas eleições europeias foram, de facto, um «referendo silencioso» ao governo (Campbell, 1993, p. 225), no qual aqueles que discordavam da acção governamental responsabilizaram os partidos do governo.

## O SENTIDO DE VOTO

Com efeito, quando olhamos para as determinantes individuais do voto, há uma fortíssima correlação entre a avaliação que se faz da situação económica e do desempenho do governo, por um lado, e o sentido de voto, por outro. Aqueles que votaram nos principais partidos da oposição tendiam a

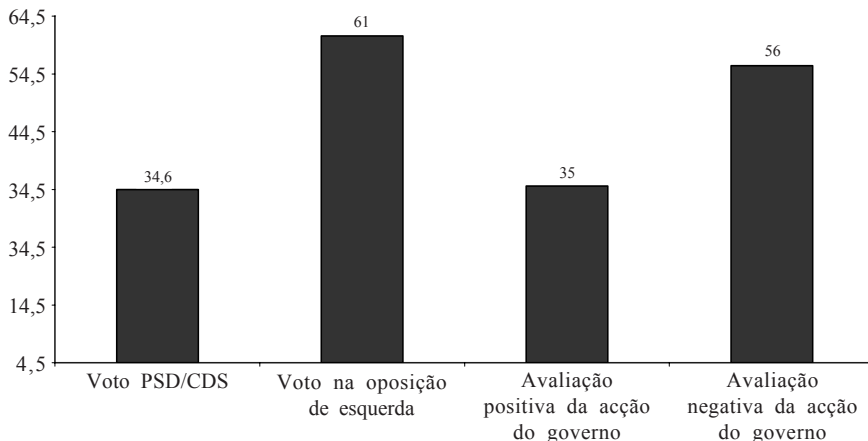
---

<sup>4</sup> Face aos indicadores económicos relativos aos últimos meses, é duvidoso que, neste momento (Junho de 2005), este optimismo se mantenha.

avaliar negativamente o estado da economia e a imagem do governo; aqueles que votaram na coligação, pelo contrário, revelavam mais optimismo económico e uma imagem positiva do governo.

**Voto e avaliação do governo**  
(em percentagem)

[GRÁFICO N.º 3]



Fonte: Estudo Eleitoral Europeu 2004.

**Determinantes individuais do sentido de voto nas eleições europeias de 2004**

[QUADRO N.º 3]

	PSD/CDS (1); oposição (0)	CDU (1); PSD/CDS (0)	PS (1); PSD/CDS (0)	BE (1); PSD/CDS (0)
Rendimento . . . . .	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Prática religiosa . . . . .	n. s.	-0,787* (4,407)	n. s.	n. s.
Sindicalização . . . . .	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Autoposicionamento ideológico . . . . .	-0,558** (39,754)	0,608* (10,316)	0,547** (33,360)	0,915** (16,919)
Avaliação da <i>performance</i> do governo . . . . .	2,764** (48,768)	-2,896* (5,098)	-2,957** (47,915)	-1,928* (7,203)
Avaliação da situação económica . . . . .	0,684** (13,424)	-1,037* (4,358)	-0,741** (13,354)	n. s.

\* $p < 0,05$ ; \*\* $p < 0,01$ ; n. s. = não significativo.

Fonte: Estudo Eleitoral Europeu 2004.

Analisemos agora, partido a partido, as determinantes individuais do voto, comparando-as com as verificadas nas eleições legislativas. Para além da

avaliação da situação económica e do desempenho do governo, o voto na coligação «Força Portugal» aparece apenas correlacionado com variáveis atitudinais, confirmando-se assim o esbatimento das clivagens sociais na explicação do comportamento eleitoral dos portugueses mesmo em eleições de segunda ordem. O autoposicionamento ideológico, variável também fortemente explicativa noutras eleições, mantém a sua força.

Pelo contrário, o voto no PS é um voto crítico do governo e do estado da economia e fortemente ancorado num autoposicionamento de esquerda, aliás tal como o voto na CDU. A diferença é que no caso do voto CDU há uma relação com a clivagem religiosa: a propensão para votar CDU é maior entre os inquiridos que não têm práticas religiosas, como, aliás, já havia observado Carlos Jalali a propósito das eleições legislativas de 2002 (2004, p. 112). Analisando o voto das esquerdas nas eleições europeias de 2004, dir-se-ia que o voto CDU é um voto com uma base económica, política e social, o voto no PS um voto político e económico e o voto no BE um voto essencialmente político. Os eleitores do Bloco de Esquerda não são tão críticos da situação económica. A sua divergência com a coligação de direita não se prende tanto com questões materiais e sociais como com questões políticas e ideológicas, o que é próprio dos partidos cujos eleitorados se identificam mais com a agenda pós-materialista (Jalali, 2004).

Comparadas com as eleições de primeira ordem anteriores, as legislativas de 2002, observa-se uma certa convergência de variáveis explicativas do sentido de voto, embora as clivagens sociais tenham nas europeias ainda menor poder explicativo, o que vai ao encontro da observação de Freire e Baum (2002) para quem, em Portugal, a ancoragem social e ideológica do voto é sempre mais intensa nas eleições legislativas do que nas europeias. Os eleitores que participam nas europeias serão, de acordo com esta leitura, eleitores mais sofisticados que votam no principal partido da oposição ou nos partidos governamentais consoante querem penalizar ou valorizar o desempenho do governo. O declínio das clivagens sociais e ideológicas tradicionais, comum a outras democracias (Franklin, 1992) e cada vez mais visível nas eleições legislativas portuguesas, é particularmente nítido nas eleições europeias. As velhas clivagens não estão a ser substituídas por novas clivagens que revelem igual capacidade de mobilização (Franklin, 1992). Os eleitores, cada vez mais sofisticados e «racionalis», decidem em função de temas específicos, por vezes conjunturais, o que torna a análise do comportamento eleitoral cada vez mais complexa. Especialmente em eleições de segunda ordem, sublinhe-se.

E, no plano dos dados agregados, haverá alguma especificidade das eleições europeias enquanto eleições de segunda ordem? Ou, pelo contrário, os resultados das europeias estão a ser contaminados pelas dinâmicas geradas nas eleições de primeira ordem?

## Eleições europeias e ciclos eleitorais

[QUADRO N.º 4]

Eleições europeias	Mudança (percentagem) na votação dos partidos de governo		
	Estado de graça: primeiros 12 meses de governo	A meio do mandato: entre o 13.º e o 36.º mês de governo	Final do mandato: entre o 37.º e o 48.º mês de governo
1987 . . . . .	-12,8	-	-
1989 . . . . .	-	-17,5	-
1994 . . . . .	-	-16,2	-
1999 . . . . .	-	-	-0,6
2004 . . . . .	-	-14,3	-

Fonte: Freire (2005).

Ao contrário do que sucedera em 1999 com o governo PS, o governo PSD/CDS foi claramente derrotado. Foi o pior resultado de sempre da direita em Portugal. Confirma-se que, nesta matéria, a penalização de quem exerce o poder executivo tem sido variável (Lobo, 2003, p. 221). É certo que estas eleições de 2004 se realizaram a meio da legislatura, mas em 1989 também — e aí o PSD de Cavaco Silva perdeu uma grande percentagem de votos. Portanto, o sentido de voto nas chamadas eleições de segunda ordem, aparentemente, depende muito mais da conjuntura económica e política do que do ciclo eleitoral ou da sua natureza secundária.

Ao mesmo tempo não se confirma que a percentagem de votos nos pequenos e médios partidos seja significativamente maior nas eleições europeias. Apesar do que sugere a teoria das eleições de segunda ordem (Reif e Schmitt, 1980, p. 9), a penalização dos partidos do governo não implica necessariamente uma subida assinalável dos pequenos partidos da oposição. É claro que a CDU e o BE apresentaram *performances* relativamente melhores nas europeias de 2004 do que nas legislativas imediatamente anteriores, só que numa perspectiva longitudinal verifica-se uma tendência para a bipartidarização em todas as eleições, independentemente da sua natureza e do momento em que ocorrem. A CDU, agora com 9,5%, manteve, no essencial, o resultado das eleições de Junho de 1999 (10,32%), realizadas poucos meses antes das eleições legislativas, recorde-se, o que nos parece pouco para sustentar, sem reservas, a ideia segundo a qual os resultados dos pequenos partidos melhoram significativamente em eleições de segunda ordem. E, se o BE subiu para 5,1%, também é verdade que já tinha subido das eleições europeias anteriores (1,79%) para as legislativas de 2002 (2,74%), o que indicia uma tendência de crescimento gradual independente dos diferentes tipos de eleições que se realizam à escala nacional.

**Percentagem média de votos por década em eleições  
legislativas e europeias**

[QUADRO N.º 5]

Partidos	Tipo de eleição	1980	1990	2000
PS + PSD . . . . .	Legislativas	61,1	77,9	78,0
	Europeias	60,1	71,7	73,8
PCP + CDS . . . . .	Legislativas	26,5	16,1	15,6
	Europeias	27,7	21,1	16,7
PRD . . . . .	Legislativas	11,5	0,6	–
	Europeias	4,4	0,2	–
Outros . . . . .	Legislativas	4,1	3,6	4,3
	Europeias	6,6	4,0	9,5

Fonte: Freire (2005).

À partida, concluiríamos que o declínio eleitoral dos médios e pequenos partidos, que se verifica desde 1987, nas eleições legislativas começa a ter impacto nas eleições europeias (Lobo, 2003, p. 222). Como notam Freire e Baum, «Portugal emerges as a very interesting case because the changes in party system format that occurred in first-order elections were mirrored in second-order elections. Since 1987, there is a majoritarian drive in legislative elections, such that the party system exhibits a clear trend towards greater bipolarisation. Despite a slight time lag, the same trend is present in second-order contests» (2002, pp. 18-19).

## A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

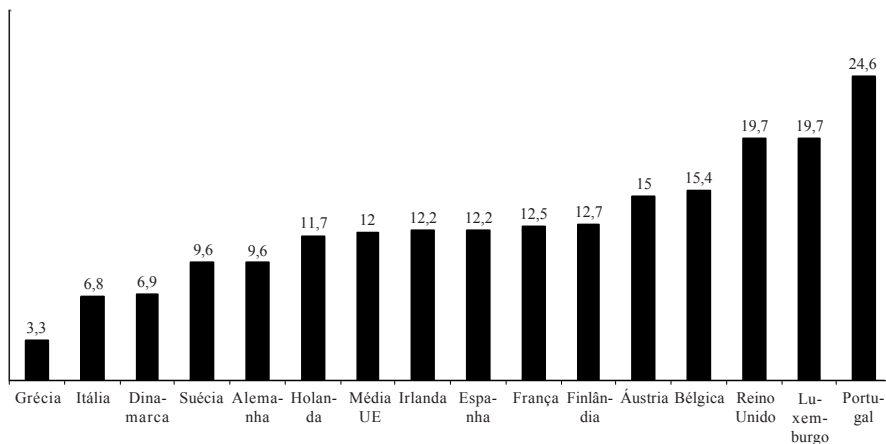
No início da campanha eleitoral, todos os dados apontavam para uma taxa de abstenção elevada. Tendo por base o *Eurobarómetro 61*, e comparando com a média europeia, verificou-se que os portugueses manifestavam mais discordância acerca da importância das eleições europeias (Nunes *et al.*, 2004). Ao mesmo tempo, quando questionados sobre a possibilidade de irem votar se as eleições (europeias ou legislativas) fossem no dia seguinte, observou-se que os inquiridos portugueses, especialmente os mais jovens, eram os cidadãos da União Europeia que mais reticentes se revelavam a fazê-lo. Apesar de tudo, a percentagem de inquiridos que admitiam votar em eleições legislativas é superior à verificada a propósito das europeias, o que confirma a imagem das europeias como eleições de segunda ordem.

No seu estudo sobre a abstenção em Portugal, Freire e Magalhães concluíram que «o modelo das eleições de segunda ordem se revela pertinente, embora cada vez menos» (2001, p. 156). De facto, comparando com outros tipos de eleições, nota-se uma progressiva convergência das taxas de abstenção. A exceção continua a ser as eleições europeias — que, perante a

queda da participação eleitoral em eleições de primeira ordem (as legislativas), talvez pudessem ser classificadas de eleições, não de segunda, mas de terceira ordem.

**Percentagem de inquiridos que não votariam certamente se as eleições europeias fossem amanhã**

[GRÁFICO N.º 4]



Fonte: Nunes *et al.* (2004).

Feita esta breve referência aos dados agregados da participação eleitoral, importa agora analisar as determinantes individuais da abstenção em 2004 numa perspectiva longitudinal e em comparação com os dados relativos às eleições legislativas de 2002 (Viegas e Faria, 2004).

Das variáveis sócio-demográficas, sócio-económicas e atitudinais seleccionadas<sup>5</sup>, apenas a idade, o interesse pela política e o hábito de votar revelam significado estatístico. Os dados dos estudos de opinião relativos às eleições europeias de 1989 e de 1994<sup>6</sup> indicam basicamente o mesmo (Lobo, 2003, p. 219). No entanto, o factor idade — que vinha ganhando peso em confronto com variáveis atitudinais directamente relacionadas com a abstenção, como o hábito de votar e o interesse pela política — perde influência na explicação da participação eleitoral em eleições europeias.

Ainda assim, deve concluir-se que, de forma consistente ao longo do tempo, quanto mais novos e principalmente quanto mais desinteressados da política, menos os eleitores tendem a exercer o direito de voto nas eleições europeias.

<sup>5</sup> No sentido de ganharmos comparabilidade, utilizámos aqui o modelo de regressão logística de Marsh e Franklin, seguido por Marina Costa Lobo (2003, p. 217).

<sup>6</sup> Não dispomos de dados trabalhados relativos ao estudo pós-eleitoral de 1999.

**Determinantes individuais da abstenção em três eleições europeias**

[QUADRO N.º 6]

Variáveis independentes	Variáveis dependentes 1989 (votou: 0; não votou: 1)	Variáveis dependentes 1994 (votou: 0; não votou: 1)	Variáveis dependentes 2004 (votou: 0; não votou: 1)
<b>Bloco 1</b>			
Idade . . . . .	-0,12* (5,270)	-0,026** (29,456)	-0,348* (4,344)
Grau de instrução . . . . .	n. s.	n. s.	n. s.
Rendimento . . . . .	n. s.	n. s.	n. s.
Prática religiosa . . . . .	n. s.	n. s.	n. s.
Nagelkerke <i>R</i> . . . . .	0,024	0,093	0,057
<b>Bloco 2</b>			
Interesse pela política . . . . .	-0,794** (19,541)	-0,541** (20,093)	-0,861* (5,929)
Ligação partidária . . . . .	-0,770** (21,699)	-0,629* (7,119)	n. s.
Nagelkerke <i>R</i> . . . . .	0,199	0,183	0,138
<b>Bloco 3</b>			
Votante habitual . . . . .	-2,502** (58,157)	-1,788** (35,673)	-2,073** (7,171)
Nagelkerke <i>R</i> . . . . .	0,380	0,261	0,194
<b>Bloco 4</b>			
Pertencer à UE é uma coisa boa . . .	n. s.	n. s.	n. s.
Satisfação com a democracia europeia	n. s.	n. s.	n. s.
Nagelkerke <i>R</i> ( <i>N</i> ) . . . . .	0,347 (304)	0,287 (518)	0,196 (264)

\*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; n. s. = não significativo.

**Fontes:** Lobo (2003), p. 218; Estudo Eleitoral Europeu 2004.

Na noite da derrota eleitoral, os líderes da direita relativizaram os resultados, justificando a derrota da Força Portugal com a abstenção, que, supostamente, teria afectado mais os partidos da direita do que os da esquerda. É uma questão interessante que nos remete para a importância da mobilização dos eleitores «simpatizantes» e «independentes» em eleições de segunda ordem (Campbell, 1993). Para testar esta hipótese realizámos um cruzamento entre o sentido de voto nas legislativas de 2002 e o comportamento abstencionista nas eleições europeias de 2004<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Os resultados deste cruzamento entre o voto em 2002 e a participação eleitoral nas europeias de 2004 não podem deixar de ser relativizados, já que a amostra com que trabalhamos é representativa da população, e não dos eleitores de determinado partido.

No que concerne à mobilização do eleitorado de 2002, importa sublinhar que, numa leitura descritiva, a CDU, o BE e o PS resistiram melhor ao efeito abstenção inerente a este tipo de eleições do que os partidos da direita. Pelo menos a subida percentual da CDU (9,2%) em relação às legislativas de 2002 (6,9%) explica-se certamente por este facto. Ou seja, utilizando as categorias da teoria das eleições de segunda ordem, em termos relativos, aparentemente, os dados indicam que a direita teve mais dificuldade em mobilizar os seus eleitores (simpatizantes e «independentes») de 2002 do que a esquerda.

**Sentido de voto nas legislativas de 2002 por tipo de participação nas europeias de 2004**

[QUADRO N.º 7]

Sentido de voto 2002	Voto (percentagem)	Abstenção (percentagem)	N
BE . . . . .	73	27	11
CDS/PP . . . . .	67	33	21
CDU . . . . .	86	14	22
PS . . . . .	72	28	272
PSD . . . . .	66	34	273

**Fonte:** Estudo Eleitoral Europeu 2004.

Por outro lado, para compararmos as determinantes individuais da participação eleitoral nas europeias com as verificadas nas legislativas realizámos uma regressão bivariada logística por blocos, de acordo com o modelo seguido por Viegas e Faria<sup>8</sup> (2004) para o caso das legislativas de 2002. Tal como nas eleições legislativas, a idade é um factor sócio-demográfico determinante na análise da participação eleitoral nas europeias, confirmando-se, apenas neste ponto, as referidas teses do modelo sociológico do voto: o facto de os mais jovens estarem socialmente menos integrados faz com que se abstenham mais. De resto, como já se disse atrás, as práticas religiosas, potenciadoras da participação eleitoral nas legislativas, não têm, nas europeias, o mesmo efeito.

Mais relevante, do ponto de vista da teoria das eleições de segunda ordem, será notar que, ao contrário do que sucedeu nas eleições legislativas, o peso de certas variáveis atitudinais é muito menor nas eleições europeias. Seguindo este modelo de regressão logística (Viegas e Faria, 2004), a simpatia partidária e, especialmente, a avaliação que se faz do governo ou o

<sup>8</sup> Embora condicionados à informação que o questionário do Estudo Eleitoral Europeu de 2004 fornecia.



próprio interesse pela campanha não condicionam a participação individual com a intensidade verificada nas legislativas. Se nas legislativas o comportamento abstencionista aparece associado a atitudes negativas face ao sistema político, nas eleições europeias, pelo menos a avaliar pelas variáveis que foi possível testar, o facto de a participação eleitoral ser muito menor faz com que entre os abstencionistas estejam eleitores com atitudes políticas muito diversificadas. Ou seja, muitos eleitores identificados com dimensões importantes do sistema político democrático português e (especialmente) europeu olham para estas eleições como eleições de segunda ordem e abstêm-se, não porque estejam insatisfeitos, mas porque não vêem «utilidade» no voto, tal como prevê o modelo económico. À partida, mais do que o declínio progressivo e geral da identificação partidária, esta é a hipótese que surge como a mais segura para explicar a abstenção nas eleições europeias.

**Determinantes individuais da abstenção em legislativas  
(2002) e europeias (2004)**

[QUADRO N.º 8]

Variáveis independentes	Legislativas 2002 bloco 4 (não votou: 0; votou: 1)	Europeias 2002 bloco 4 (não votou: 0; votou: 1)
Sexo . . . . .	n. s.	n. s.
Idade . . . . .	0,044*** (25,338)	0,392 (8,956)**
Grau de instrução . . . . .	n. s.	n. s.
Dimensão do <i>habitat</i> . . . . .	n. s.	n. s.
Prática religiosa . . . . .	0,182** (7,997)	n. s.
Interesse pela política (a) . . . . .	0,588*** (16,995)	n. s.
Simpatia partidária . . . . .	0,595** (7,398)	n. s.
Avaliação do desempenho do governo . . . . .	0,393* (4,934)	n. s.
Avaliação da situação económica . . . . .	n. s.	n. s.
Interesse pela campanha . . . . .	0,546*** (16,745)	n. s.
Nagelkerke <i>R square</i> (N) . . . . .	0,385 (898)	0,130 (402)

(a) Europeias 2004:  $p = 0,054$ .

\*  $p < 0,05$ ; \*\* $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$ ; n. s. = não significativo.

**Fontes:** Viegas e Faria (2004), p. 235; Estudo Eleitoral Europeu 2004.

Assim, ao contrário do que se concluiu para o caso das eleições legislativas (Freire e Magalhães, 2001, p. 147) e das presidenciais (Freire e Magalhães, 2001, p. 148), não se pode dizer que a abstenção nas eleições

européias esteja tendencialmente associada a uma desidentificação com a oferta partidária. De facto, a simpatia partidária, um dos factores mais significativos para a análise da participação eleitoral em legislativas e presidenciais (Freire e Magalhães, 2001, p. 158), perde poder explicativo no caso das europeias.

Em breve veremos se a identificação partidária se mantém como factor político determinante para a mobilização eleitoral em legislativas. Para já, resta-nos aguardar pelos dados do próximo estudo pós-eleitoral.

## NOTAS CONCLUSIVAS

Como vimos atrás, de acordo com o modelo das eleições de segunda ordem, as eleições europeias são marcadas por taxas mais elevadas de abstenção e por melhores *performances* eleitorais por parte dos médios e pequenos partidos. Por outro lado, nestas eleições é expectável que os eleitores votem mais «com o coração», o que tende a ser prejudicial aos grandes partidos, especialmente aos partidos de governo, em períodos de crise económica e de quebra na popularidade.

Apesar da convergência nas taxas de abstenção nas restantes eleições, deve concluir-se que as eleições europeias continuam a destacar-se pela baixa participação eleitoral. A *performance* dos pequenos partidos em eleições europeias é que parece estar a ser afectada pela progressiva bipartidarização registada nas restantes eleições. Ao mesmo tempo, confirmou-se igualmente que as eleições europeias funcionam como uma espécie de referendo ao governo, no qual o primeiro-ministro não vai directamente a votos. A meio do mandato, com um cenário económico e político desfavorável, os partidos da coligação governamental foram claramente penalizados.

Também do ponto de vista das determinantes individuais do voto e da abstenção se observaram diferenças significativas entre eleições legislativas e europeias. Nas eleições europeias, nomeadamente nas de 2004, o que mais condicionou os resultados, para além do autoposicionamento ideológico, foi a avaliação que os eleitores faziam da acção do governo e da situação económica. De facto, as clivagens sociais tradicionais ajudam pouco a perceber o sentido de voto nas europeias. E a participação eleitoral, por seu turno, surge fortemente associada à idade e ao interesse pela política. Ou seja: factores atitudinais e conjunturais, habitualmente importantes em eleições legislativas, perdem o seu poder explicativo quando se trata de analisar a abstenção nas eleições europeias. Em suma, não se pode concluir que, nas eleições europeias, a abstenção esteja associada a atitudes negativas face à União Europeia ou à oferta partidária.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, PEDRO TAVARES, e FREIRE, ANDRÉ (2005), «Two overwhelming victories of the left: the 2004 European election and the 2005 legislative election in Portugal», in *South European Society and Politics*, a publicar brevemente.
- CAMPBELL, JAMES (1993), «Surge and decline: the national evidence», in Niemi e Wisberg (orgs.), *Controversies in Voting Behavior*, Washington, Congressional Quarterly Press, pp. 222-240.
- FRANKLIN, MARK (1992), «The decline of cleavage politics», in Franklin, Mark et al. (orgs.), *Electoral Change: Responses to Evolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 383-405.
- FREIRE, ANDRÉ, e MAGALHÃES, PEDRO (2001), *A Abstenção em Portugal*, Lisboa, ICS.
- FREIRE, ANDRÉ, LOBO, MARINA COSTA, MAGALHÃES, PEDRO, e ESPÍRITO SANTO, ANA (2003), *As Eleições Legislativas de 2002, Inquérito Pós-Eleitoral*, Lisboa, ICS.
- FREIRE, ANDRÉ, e BAUM, MICHAEL (2002), «Election order and electoral cycles in democratic Portugal, 1975-2002», comunicação apresentada no 98.º Encontro Anual da American Political Science Association (APSA), Boston/MA, EUA, <http://apsproceedings.cup.org/Site/abstracts/014/014004BaumMichae.htm>.
- FREIRE, ANDRÉ (2001a), *Modelos do Comportamento Eleitoral, Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta.
- FREIRE, ANDRÉ (2001b), *Mudança Eleitoral em Portugal: Clivagens, Economia e Voto em Eleições Legislativas, 1983-1999*, Lisboa, Celta.
- FREIRE, ANDRÉ (2005), «Portugal», in Yves Déloye (ed.), *Dictionnaire des élections européennes*, Paris, Economica, a publicar brevemente.
- FREIRE, ANDRÉ, LOBO, MARINA COSTA, e MAGALHÃES, PEDRO (orgs.) (2004), *Portugal a Votos: as Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, ICS.
- FREIRE, ANDRÉ (2003), *Second Order Elections and Electoral Cycles in Democratic Portugal, 1975-2002*, ICS.
- FREIRE, ANDRÉ (2004a), «Second-order elections and electoral cycles in democratic Portugal», in *South European Society and Politics*, vol. 9, n.º 3, pp. 54-79.
- FREIRE, ANDRÉ (2004b), «Voto por temas: políticas públicas, desempenho do governo e decisão eleitoral», in Freire, Lobo e Magalhães (orgs.), *Portugal a Votos: as Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, ICS, pp. 159-192.
- JALALI, CARLOS (2004), «As mesmas clivagens de sempre? Velhas clivagens e novos valores no comportamento eleitoral português», in Freire, Lobo e Magalhães (orgs.), *Portugal a Votos: as Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, ICS, pp. 87-124.
- LOBO, MARINA COSTA (2003), «Legitimizing the EU? Elections to the European Parliament in Portugal, 1987-1999», in A. C. Pinto (ed.), *Contemporary Portugal: Politics, Society, and Culture*, Nova Iorque, Columbia University Press, pp. 203-226.
- NUNES, FILIPE, JALALI, CARLOS, e ESPÍRITO SANTO, ANA (2004a), *Eurobarómetro n.º 61: Opinião Pública na União Europeia, Primavera 2004, Relatório Nacional, Portugal*.
- NUNES, FILIPE, JALALI, CARLOS, e ESPÍRITO SANTO, ANA (2004b), *Eurobarómetro n.º 62: Opinião Pública na União Europeia, Primavera 2004, Relatório Nacional, Portugal*.
- PÚBLICO (2004), *Dossiers Público: Europeias 2004*, <http://dossiers.publico.pt/dossier.asp?id=1324>.
- REIF, KARLHEINZ, e SCHMITT, HERMANN (1980), «Nine second-order national elections — a conceptual framework for the analysis of European election results», in *European Journal of Political Research*, 8, pp. 3-44.
- TUFTE, EDWARD (1993), «Economic and political determinants of electoral outcomes: midterm congressional elections», in Niemi e Weisberg (orgs.), *Classics in Voting Behavior*, Washington, Congress Quarterly Press, pp. 181-187.
- VIEGAS, LEITE, JOSÉ MANUEL, e FARIA, SÉRGIO (2004), «A abstenção nas eleições legislativas de 2002», in Freire, Lobo e Magalhães (orgs.), *Portugal a Votos: as Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, ICS, pp. 221-259.